

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

v. 12 n. 72
maio/junho 2026

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Fernanda Tartuce

Flávio Tartuce

Conselho Científico

Giselda Novaes Hironaka

Pablo Stolze Gagliano

Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Álvaro Villaça Azevedo – Águida Arruda Barbosa – André Luiz Arnt Ramos
Carlos Eduardo Elias de Oliveira – Cláudia Mara Viegas – Débora Vanessa Caús Brandão
Jones Figueirêdo Alves – José Fernando Simão – Luciana Faísca – Luciana Pedroso Xavier
Luis Felipe Salomão – Maria Helena Bracciro Daneluzzi – Maria Helena Diniz
Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar – Pablo Malheiros da Cunha Frota
Ricardo Calderón – Rodrigo Mazzei – Rodrigo Toscano de Brito
Rosa Maria de Andrade Nery – Rui Portanova – Silvio de Salvo Venosa

Colaboradores deste Volume

Angelis Lopes Briseno de Souza – Antonio Carlos Rodrigues Silva
Carlos Eduardo Montes Netto – Carolina Juabre Camarinha
Daniel Roberto Hertel – Danilo Porfírio de Castro Vieira – Gabriela Calça
Gabriella Andréa Pereira – Giovanni Comodaro Ferreira
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka
Maria Helena Marques Bracciro Daneluzzi – Mariana Ferreira da Cruz Pires
Nathaly Campitelli Roque – Patricia Novais Calmon
Wanderson Marcello Moreira de Lima

© Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

n. 1 (jul./ago. 2014)-.- Porto Alegre: Magister, 2014-
Bimestral. Coordenação: Fernanda Tartuce e Flávio Tartuce.

n. 72 (maio/jun. 2026)
ISSN 2358-3223

1. Direito de Família – Periódico. 2. Direito de Sucessão – Periódico.

CDU 347.6(05)
CDU 347.65(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273

Capa: Fernanda Napolitano

EDITORA MAGISTER

Diretor: Fábio Paixão

Editora Magister

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS
91340-340

Apresentação

A *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, referência em nosso País, chega ao número 72, com temas de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

Abrimos a edição com o artigo de Antonio Carlos Rodrigues Silva e Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, que trata sobre *Disposições extrapatrimoniais no testamento como meio de prevenção e solução de conflitos em empresas familiares*. O estudo examina o testamento, particularmente quando incorpora disposições extrapatrimoniais como ferramenta estratégica para planejamento sucessório e mitigação de conflitos familiares. A tese central busca identificar como as cláusulas não patrimoniais, tais como nomeação de administradores, exigência de capacitação profissional, diretrizes operacionais, marcos éticos, mecanismos de resolução de conflitos e estruturas de governança familiar, podem orientar e assegurar a continuidade empresarial nas futuras gerações.

A edição prossegue com a pesquisa intitulada *A boa-fé nas relações socioafetivas e seus efeitos*, escrita por Danilo Porfírio de Castro Vieira. Nela, o autor analisa a natureza jurídica da afetividade no âmbito do Direito de Família contemporâneo, com ênfase na socioafetividade como categoria normativa fundada na autonomia da vontade e na exteriorização de condutas juridicamente qualificáveis.

Na sequência, temos o texto elaborado por Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi e Mariana Ferreira da Cruz Pires, intitulado *Doação como instrumento de planejamento sucessório*. As autoras exploram o instituto da doação, que ocupa lugar de destaque dentre os mecanismos de planejamento patrimonial disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro.

Reforma do Código Civil no direito de família e sucessões: consequências da eventual exclusão dos cônjuges e companheiros da herança necessária, bem como da concorrência sucessória é a pesquisa efetuada por Carlos Eduardo Montes Netto, Giovanni Comodaro Ferreira e Gabriela Calça. Os autores analisam as consequências da Reforma do Código Civil proposta pelo Projeto de Lei nº 4/2025, em trâmite no Senado Federal, no que diz respeito às alterações nas regras sucessórias aplicáveis ao cônjuge e ao companheiro. Examinam a flexibilização da autonomia da vontade do autor da herança, a relevância do planejamento sucessório em vida e os mecanismos de proteção patrimonial sucessória ao cônjuge e ao companheiro sobrevivente, no que diz respeito à exclusão do rol de herdeiros necessários previsto no art. 1.845 do Código

Civil, bem como a supressão de sua concorrência sucessória com descendentes e ascendentes nas hipóteses do art. 1.829, incisos I e II.

Patricia Novais Calmon marca presença nesta edição com o texto intitulado *Diretivas antecipadas de vontade no estatuto dos direitos do paciente: autonomia, lacunas regulatórias e tensões com o regime das incapacidades*. O trabalho tem como objetivo analisar as diretivas antecipadas de vontade à luz da Lei nº 15.378/2026. Também examina a ausência de disciplina específica para diretivas voltadas à demência e a tensão com o art. 17 do Estatuto da Pessoa Idosa.

A custódia compartilhada de animais de estimação à luz da nova Lei nº 15.392/2026 e suas repercussões no direito processual civil é o artigo apresentado por Daniel Roberto Hertel. O autor constata que a referida norma inaugura um regime jurídico híbrido, situado na confluência entre o Direito Civil, o Direito de Família e o Direito Processual Civil, desafiando categorias tradicionais do ordenamento jurídico brasileiro. Examina a natureza jurídica da custódia de animais, a presunção de copropriedade, o regime de compartilhamento, suas exceções e sanções, bem como os efeitos processuais decorrentes da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

Na sequência, Carolina Juabre Camarinha e Nathaly Campitelli Roque contribuem com a pesquisa intitulada *Ideologia, gênero e guarda de filhos no Brasil: o direito como instrumento de manutenção e transformação da estrutura patriarcal*. O texto visa desvelar como o direito tem servido como instrumento ideológico para legitimar ideias patriarcais nas relações familiares.

Chegamos ao fim deste número da Revista com os comentários jurisprudenciais de Angelis Lopes Briseno de Souza, Gabriella Andréa Pereira e Wanderson Marcello Moreira de Lima, fazendo uma *Breve análise da jurisprudência do STJ e a possibilidade de mitigação do requisito da publicidade para o reconhecimento de união estável como entidade familiar*. Analisam o Recurso Especial nº 2.203.770/GO em ação de reconhecimento de união estável homoafetiva *post mortem* e os requisitos para a sua configuração.

Uma ótima leitura a todos! É o que sempre desejo!

Flávio Tartuce

Coordenador da Revista

Sumário

Doutrina

1. Disposições Extrapatrimoniais no Testamento como Meio de Prevenção e Solução de Conflitos em Empresas Familiares
Antonio Carlos Rodrigues Silva e Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka 7
2. A Boa-Fé nas Relações Socioafetivas e seus Efeitos
Danilo Porfírio de Castro Vieira 33
3. Doação como Instrumento de Planejamento Sucessório
Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi e Mariana Ferreira da Cruz Pires 71
4. Reforma do Código Civil no Direito de Família e Sucessões:
Consequências da Eventual Exclusão dos Cônjuges e Companheiros da
Herança Necessária, bem como da Concorrência Sucessória
Carlos Eduardo Montes Netto, Giovanni Comodaro Ferreira e Gabriela Calça 88
5. Diretivas Antecipadas de Vontade no Estatuto dos Direitos do Paciente:
Autonomia, Lacunas Regulatórias e Tensões com o Regime das
Incapacidades
Patricia Novais Calmon 109
6. A Custódia Compartilhada de Animais de Estimação à Luz da Nova Lei
nº 15.392/2026 e suas Repercussões no Direito Processual Civil
Daniel Roberto Hertel 128
7. Ideologia, Gênero e Guarda de Filhos no Brasil: o Direito como
Instrumento de Manutenção e Transformação da Estrutura Patriarcal
Carolina Juabre Camarinha e Nathaly Campitelli Roque 143

Jurisprudência Comentada

1. Breve Análise da Jurisprudência do STJ e a Possibilidade de Mitigação
do Requisito da Publicidade para o reconhecimento de União Estável
como Entidade Familiar
*Angelis Lopes Briseno de Souza, Gabriella Andréa Pereira e
Wanderson Marcello Moreira de Lima* 171
- Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários 189